

Largo de São José

Desvalorização da história local e desconhecimento dos processos de desenvolvimento urbano e paisagístico em Belém/PA

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

José Vinícius Maués Furtado
Universidade Federal do Pará
E-mail: jvmf.arq@gmail.com

Rachel Sfair Ferreira Benzecry
Universidade Federal do Pará
E-mail: rachelsfair@ufpa.br

RESUMO

O Largo de São José, em Belém/PA, constitui um marco da ocupação urbana amazônica e um exemplo significativo de como processos religiosos, socioeconômicos e de expansão territorial moldaram a paisagem urbana da cidade entre os séculos XVII e XX. Fundado juntamente com o Convento de São José (1749) e consolidado pela expansão da Estrada de São José e pelo aterramento do Alagado do Piri, esse espaço da cidade experimentou sucessivas fases de embelezamento, usos públicos e outras mudanças durante os séculos XIX e XX. A análise histórica, cartográfica e paisagística evidencia que o Largo concentrou diferentes fases de transformação, como a formação de um jardim público e de duas praças, além das funções delegadas à edificação do convento. Atualmente, apesar da relevância histórica e paisagística, o Largo de São José carece de reconhecimento oficial, proteção legal e gestão adequada, resultando em problemas infraestruturais e na subutilização dos seus espaços públicos. O artigo destaca o potencial de uma requalificação paisagística como instrumento de resgate da memória urbana e de fortalecimento das práticas culturais, turísticas e econômicas locais, reforçando a necessidade de diretrizes de conservação, valorização e uso qualificado das praças Amazonas e Osvaldo Cruz e de seu entorno imediato.

PALAVRAS-CHAVE: praças; paisagem; São José.

ABSTRACT

The Plaza of São José, in Belém, Pará, is a landmark of the Amazonian urban occupation and a significant example of how religious, socioeconomic and territorial expansion processes shaped the city's urban landscape between the 17th and 20th centuries. Established alongside the Monastery of São José (1749) and consolidated through the expansion of the São José Road and the landfilling of the Alagado do Piri, this area underwent successive phases of beautification, public use and other transformations during the 19th and 20th centuries. Historical, cartographic, and landscape analyses reveal that the plaza concentrated multiple stages of transformation, including the creation of a public garden, two squares and various functions associated with the monastery building. Despite its historical and landscape relevance, the Plaza of São José currently lacks official recognition, legal protection and adequate management, resulting in infrastructural problems and the underuse of its public spaces. This article highlights the potential of a landscape requalification as a way to recover urban memory and strengthen local culture, tourism and economic practices, reinforcing the need for conservation guidelines, value enhancement and qualified uses of the Amazonas and Osvaldo Cruz squares and their immediate surroundings.

KEYWORDS: squares; landscape; São José.

1 INTRODUÇÃO

A chegada da expedição marítima portuguesa na então nomeada Aldeia Mairi, em 1616, deu início a um processo secular de expansão territorial rumo ao interior da cidade futuramente conhecida como Santa Maria de Belém do Grão-Pará, a atual Belém/PA. O modelo de crescimento das cidades fundadas por portugueses no Brasil moldou firmemente um padrão de expansão dos domínios territoriais com finalidades econômicas e, principalmente, religiosas; dando destaque não só às ações militares, mas também às atividades de partilha da fé católica pelos missionários europeus.

A formação de praças, largos, clareiras e áreas descampadas compôs a base da paisagem de cidades em ascensão no Brasil entre os séculos XVI e XIX. A centralidade criada pelos conjuntos praça/largo e igreja/convento funcionou como ponto de partida para o crescimento de novas cidades, servindo como referência geográfica, econômica e paisagística. No estado do Pará, observa-se a ocorrência dessas formações na paisagem de diversas cidades do interior e, principalmente, em vários bairros da capital, destacando a importância delas para o desenvolvimento da cidade e a manutenção contemporânea da centralidade criada pelo aproveitamento dos potenciais econômico, social e turístico necessários para a valorização da história dessas paisagens.

Por meio de pesquisas qualitativas de natureza descritiva, conduzidas a partir da interpretação de mapas, documentos e registros históricos, combinados com bibliografias e outras fontes contemporâneas relacionadas ao desenvolvimento da área em questão e à transformação de seus usos, desde o século XVIII até a atualidade, o presente artigo tem como objetivo apresentar a história da formação e do desenvolvimento urbano e paisagístico do Largo de São José, em Belém/PA, e seu entorno imediato - atualmente composto pelo Espaço São José Liberto e pelas praças Amazonas e Osvaldo Cruz - buscando valorizar e reconhecer as intensas ações de melhoria e de embelezamento realizadas em séculos passados, as quais foram responsáveis pela promoção da importância desta região da cidade, oferecendo destaque aos potenciais supracitados que, atualmente, tentam ser explorados de forma não eficiente por ações populares ou de comércio informal e que podem ser beneficiados por intervenções paisagísticas de requalificação ou revitalização.

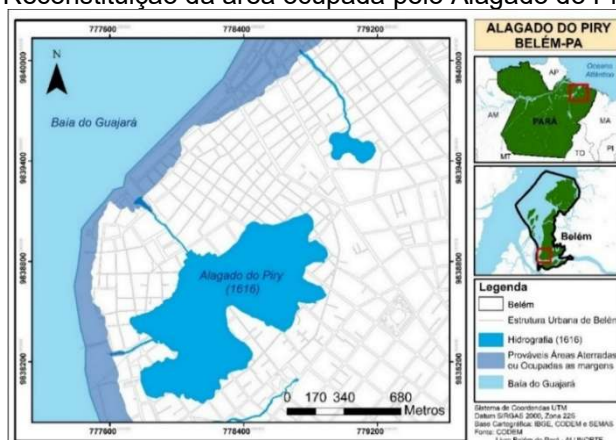
2 A EXPANSÃO TERRITORIAL DE BELÉM/PA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

A partir do núcleo de fundação da cidade de Belém, nomeado como Largo da Matriz, ocupado e desenvolvido entre os séculos XVII e XVIII, documenta-se a ocorrência de diversos movimentos expansionistas direcionados a várias regiões da cidade por meio da mata (Soares, 2009), os quais eram motivados por várias razões, com destaque para a promoção da fé católica, concretizada por meio do desenvolvimento e construção de dezenas de largos e igrejas pela cidade.

Buscando expandir os domínios territoriais para novos rumos, além dos já pouco explorados - que levaram, até os anos 1650, à criação de pontos importantes da cidade e que existem até os dias atuais - como os Largos de São João Batista, do Carmo e de Santo Antônio - diversas Ordens religiosas esbarravam sua vontade de catequizar o “Novo Mundo” em um mesmo problema: a existência de um corpo d’água denominado Pântano ou Alagado do Piri (a partir da nomenclatura indígena “Piry de Jussara”) o qual limitava inicialmente o território e a paisagem de Belém à faixa de terra existente entre

ele e o rio que ladeia a cidade (Figura 1) e que serviu como ponto de entrada para ela e as suas novas terras (Soares, 2009).

Figura 1: Reconstituição da área ocupada pelo Alagado do Piry em 1616



Fonte: Silva e Lima, 2021.

2.1 Largos e praças de Belém

Entre as primeiras tentativas de evitar o Piri, em 1628, a Ordem de Santo Antônio da Província de Lisboa edificou um convento e uma igreja em uma região à Nordeste do núcleo de expansão, tendo alcançado essa localização por meio da navegação pelo rio, uma vez que o alagado impedia a locomoção por terra rumo àquela direção (Soares, 2009). Essa movimentação pioneira foi responsável pela primeira grande expansão ocorrida na cidade, aumentando exponencialmente as possibilidades de ocupação territorial e de criação de novos polos de partilha da influência da Igreja Católica, os quais se multiplicaram rapidamente na nova região, além da obra dos frades da Ordem de Santo Antônio, destacando-se a criação do Largo das Mercês e do convento dos Mercedários, segundo Soares (2009), criados no caminho entre a igreja de Santo Antônio e uma ponte construída sobre a região alagada, pelo governo da época, para conectar o novo largo ao núcleo de expansão.

Com o avanço da expansão urbana, as novas áreas da cidade foram “repartidas” entre as diversas ordens religiosas presentes e atuantes no período em questão, principalmente os Carmelitas – situados no Largo do Carmo, próximos ao Largo da Matriz – e os Franciscanos – localizados na zona de expansão, após os limites criados pelo Alagado do Piri. Nesse contexto, de acordo com Soares (2009), os Franciscanos da Província da Piedade fariam o maior desbravamento até então realizado, chegando ao ponto mais distante do centro da cidade depois de contornar o Alagado do Piri por terra ao adentrar a mata. Neste novo local, com a abertura de uma grande clareira na floresta, no ano de 1749, foi instituído o Convento de São José, que também foi o nome escolhido para o caminho criado para alcançar essa região, vencendo a grande distância desde o centro, a Estrada de São José. As partes da clareira que não foram edificadas com a construção do convento deram origem àquela que seria o 10º largo da cidade, o Largo de São José.

2.2 Desafios e desigualdades: Largo de São José

Durante o século XVIII, o crescimento econômico e a expansão da gama de atividades comerciais desenvolvidas na cidade começaram a pressionar a administração local em

vistas de amenizar os prejuízos causados pela existência da grande área pantanosa representada pelo Alagado do Piri. Além disso, destaca-se também o aumento natural da demanda por terras e áreas habitáveis para os trabalhadores dos segmentos responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. A limitação territorial deu início a um processo de implantação de desigualdades sociais, que podia ser observado por meio da localização geográfica das moradias, mantendo as famílias mais abastadas – em terrenos altos - próximas às áreas comerciais e os grupos menos privilegiados economicamente em regiões suscetíveis a alagamentos e afastadas da zona central.

Na primeira década de 1800, deu-se início às obras e demais atividades relacionadas a um processo de dessecamento e aterramento do Alagado do Piri, as quais se estenderam durante todo o século XIX, de acordo com Almeida (2011), e foram o pontapé inicial para a explosão do desenvolvimento territorial e urbano de Belém, destacando-se também as ações de embelezamento da cidade, que começariam a transformar a paisagem rústica de uma capital amazônica. Segundo Silva e Lima (2021), com os avanços das obras, novas vias começaram a ser implantadas, com destaque para a Estrada de São José que teve sua extensão expandida, a partir de então conectando o “Palácio” (Palácio Antônio Lemos, atual sede da Prefeitura de Belém) ao (convento de) “São José”. A arborização e o uso de outras espécies vegetais também faziam parte dos planos de embelezamento, tanto na estrada de São José, onde foram levantadas paredes de madeira de acapu para apoiar trepadeiras as quais melhorariam o aspecto visual da via (Cruz, 1973), quanto nas novas vias abertas pelas obras, como a Estrada das Mongubeiras – antiga Estrada do Arsenal e atual Avenida Almirante Tamandaré (Belém, 2020) – que recebeu esse nome por conta do plantio de diversas Mungubeiras, uma árvore da espécie *Pseudobombax munguba*, nativa de planícies alagáveis da América do sul, que possui caule frondoso e copa circular.

Até o final do século XIX, o conjunto de ações relativas ao Alagado, iniciadas em 1803, rendeu muitas melhorias já concluídas ou que continuaram em curso na região. Nesse período, a Estrada de São José recebeu grandiosas palmeiras imperiais (Figura 2) que embelezavam toda sua extensão, dando origem a um corredor de vegetais que seguiam nos dois lados da via central, resguardando a área para pedestres, desde a esquina com o Quartel do Corpo de Bombeiros - atual 21º Grupamento Bombeiro Militar - até o Largo de São José (Andrade, 2010), criando uma característica marcante para a via e que foi representada em diversas pinturas, fotografias e documentos da época, como nas imagens que fazem parte do “Álbum do Pará”, de autoria do Governador José Paes de Carvalho, no ano de 1899.

Figura 2: Estrada de São José no século XIX



Fonte: Governo do Estado do Pará, 1899.



Levando em consideração a sua remota localização na cidade, quando instituído em 1749, e todos os esforços realizados nas décadas seguintes para conectá-lo ao centro, compreende-se que tanto o Convento quanto o Largo de São José, intrinsecamente desde sua fundação, fazem parte dos processos de transformações da paisagem da cidade colonial amazônica. Segundo Kettle (2021), além das alterações físicas, espaciais e paisagísticas, o São José também foi responsável por alterações de costumes dos povos nativos e moradores locais, uma vez que a devastação da mata - para abertura da clareira onde instituiu-se o Largo - e os consecutivos processos de aterramento de canais, igarapés e do próprio Alagado do Piri causaram desequilíbrios na flora e fauna do microbioma local; segundo Braga (1972, p. 58 apud Kettle, 2021, p. 82), destaca-se também a influência causada pelo convento na nomenclatura de logradouros, que afetou até mesmo um igarapé, até então, nomeado “Igarapé da Comédia dos Peixes-boi” localizado nas proximidades do Largo e que passou a se chamar “Igarapé de São José”.

Diante da consolidação da importância do Largo de São José para a cidade e em consequência da disponibilidade de novas terras proporcionada pelo dessecamento e aterramento do Alagado do Piri, a região próxima ao Largo começou a sofrer alterações paisagísticas, com a expansão da área de mata derrubada, construção de novas edificações e formação de novos traçados de vias, assim compondo um desenho urbano repleto de ruas e com alta densidade construtiva. Entretanto, apesar da grande investida em detrimento da vegetação nativa, é possível observar a manutenção de logradouros específicos destinados a preservação de algumas espécies vegetais, tanto locais quanto importadas de Portugal e outros países europeus pelas cortes real e imperial, seguindo o ideal de embelezamento da cidade simultâneo aos ganhos de terra firme.

2.3 Embelezamento e desenvolvimento urbano no século XIX

Observou-se, por meio da análise de plantas, mapas e trechos de atlas os quais representaram e documentaram o contínuo crescimento urbano de Belém, que a obtenção de novos terrenos e as requalificações de edificações e logradouros – como ocorrido com a edificação do convento de São José que passou a funcionar como quartel militar, hospital e cadeia pública (Santos; Tavares, 2022) – foi de suma importância para a constância da evolução urbana, econômica e social da cidade. A existência de um Jardim Público no entorno imediato da edificação do Convento de São José desde o final do século XVIII, segundo Andrade (2010), é a base para a ocorrência de transformações futuras nessa região, tendo em vista a grande área ocupada por ele, que seria transformada por novos usos a partir de meados do século seguinte.

Com a extinção deste Jardim Botânico de Belém, situado nas proximidades do Largo de São José, no ano de 1863, e a partir da fundação da empresa *Pará Gaz Company Limited* que implantou a Fábrica de Gás de Belém, também conhecida como “Gasômetro”, em parte do terreno anteriormente pertencente ao Jardim Botânico (Andrade, 2010), inicia-se um novo processo de valorização espacial e da localização do entorno do Largo de São José, em uma época em que o convento já havia recebido função de cadeia pública.

Ainda durante o século XIX, a referência espacial criada pelo gasômetro atraía diversos fluxos para o seu entorno, consolidando a importância de vias como a Estrada de São José (Figura 3) que conectava os bairros Cidade e Campina ao centro em expansão, e que alguns anos depois - em 1890 – passaria a ser chamada de “Avenida 16 de novembro”, em homenagem à adesão do Pará, um dia depois, à proclamação da república, ocorrida em 15 de novembro de 1889 (Santos; Tavares, 2022).

Figura 3: Praça São José, à entrada da Av. 16 de Novembro em 1906



Fonte: Lemos, 1906.

3 FORMAÇÃO SECULAR DE UMA PAISAGEM DIVERSA

Análises documentais breves da gestão de Antônio Lemos na intendência municipal de Belém confirmam a ocorrência de inúmeras obras e ações de embelezamento realizadas por toda a cidade. Entre essas ações, destacam-se algumas que foram apresentadas no relatório do ano de 1906, referente às ações da intendência em 1905, como os esforços para ajardinar o Largo de São José:

Praça São José. — Continuou, durante o anno, o poder municipal a prover á **construcção da vasta praça São José, ainda há poucos annos verdadeiro mattagal inculto**, como se demorasse a centenas de léguas do centro urbano. Hoje em dia, **comquanto desprovida ainda das bellezas do ajardinamento**, já mostra ella o sufficiente para dar ao publico uma idéa do que virá a ser dentro em breve, segundo o meu plano de melhoramentos [...] (Lemos, 1906, p. 264, grifo nosso)

3.1 Transformações do século XX

Com o avanço das ações de melhoria urbana na cidade de Belém no século XX e as mudanças ocorridas na gestão da empresa responsável pelo gasômetro, nota-se o declínio gradual da importância do terreno e das atividades nele realizadas como um todo, principalmente levando em conta a implantação do fornecimento e distribuição de energia elétrica realizados na cidade pela Pará Electric a partir de outros terrenos sobre sua propriedade, o que causou a redução da demanda por gás para fins de iluminação. Mapas da cidade produzidos nos primeiros anos do século XX, como a planta da cidade de Belém feita pelo desenhista municipal José Sydrim (Figura 4), apresentam simultaneamente as rotas dos bondes, que já circulavam pela cidade há algumas décadas, vários edifícios públicos de relevada importância como a Estação Central, a Cadeia Pública e o Gasômetro (indicados em círculos vermelhos na legenda e no mapa) e também o ramal São Brás – Jardim Botânico, o qual passava há poucas dezenas de metros da Cadeia, do Gasômetro e do Largo de São José como um todo.

Figura 4: Planta da Cidade de Belém por José Sidrym em 1905



Fonte: Sydrim, 1905, adaptado pelo autor, 2025.

Com o avanço do século XX e as consequências socioeconômicas do declínio da exploração da borracha e do fim da Belle Époque em Belém, o modal ferroviário começou a sofrer com dificuldades para sua manutenção, apesar da sua consolidação na paisagem e nas rotinas da cidade, deixando espaço para o aumento da circulação dos incipientes automóveis e ônibus para transporte de passageiros.

A sequência dos anos 1900 e toda a cadeia de novidades sociais, econômicas, urbanas, industriais e políticas permeadas durante o século XX causaram inúmeras consequências à formação da paisagem do Largo de São José e seu entorno imediato. As ações de embelezamento ainda eram preocupação constante do Intendente Antônio Lemos, perceptíveis por meio dos relatos de suas compras e ordens de serviços a serem realizados na capital, principalmente relacionados à pavimentação urbana. Diversos pontos da cidade foram beneficiados com a pavimentação em paralelepípedos de granito, principalmente aqueles melhor localizados e de maior importância, como o entorno da praça Batista Campos e o Largo de São José:

Entre outros trabalhos, já mencionados, foram levados a termo os seguintes, ora administrativamente, ora por empreitadas:

- Rua dos Tamoios, à praça Batista Campos, calçamento a paralelepípedos de granito [...]
- Praça São José: melhoramentos geraes, compreendendo também passeios cimentados e calçamento misto, quer dizer, a pedras irregulares e paralelepipedos de granito (Lemos, 1906, p. 185).

Esses esforços de pavimentação das vias aliados ao ajardinamento do Largo de São José, previamente mencionado, contribuíram para uma mudança radical na paisagem do local, antes ocupado apenas pelo Convento de São José, um igarapé, áreas pantanosas, alagadiças e tomadas por mata densa. O resultado dessas ações transformou o entorno num local dotado de pavimentação sólida com paralelepípedos

nas vias para veículos, calçadas concretadas para pedestres, os trilhos dos bondes que possuíam rota de mão dupla passando pelo Largo de São José e os incipientes postes de iluminação pública e distribuição de energia elétrica.

A arborização da cidade também era motivo de inúmeras ações da intendência, não somente o plantio de novas mudas, mas também a constante manutenção das árvores; no Largo de São José e entorno, predominavam as mangueiras e as monumentais palmeiras imperiais da Avenida 16 de Novembro.

- *Praça São José* :- foram plantadas 63 mangueiras, substituindo-se duas. Todas foram extrumadas e capinadas diversas vezes, sendo pintadas as respectivas cercas.

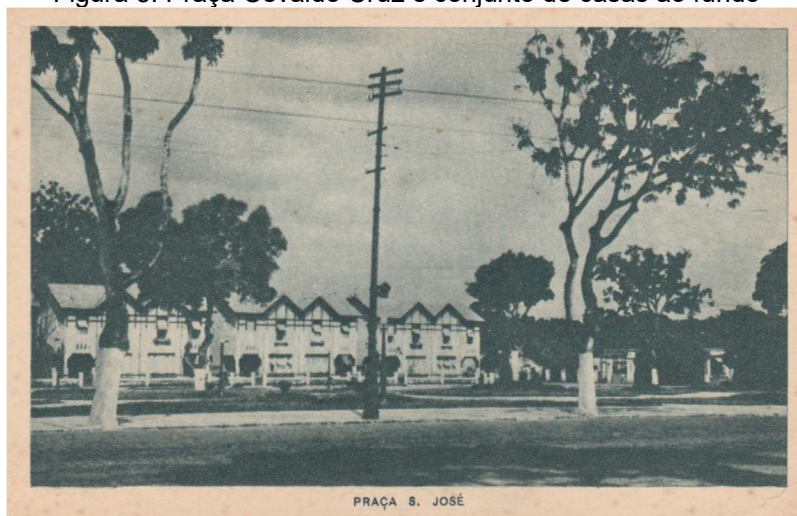
- *Avenida Dezesseis de Novembro* :- derribaram-se e destocaram-se duas palmeiras mortas; todas as demais foram limpas frequentemente (Lemos, 1906, p. 272).

3.2 As praças, o presídio e seu entorno imediato

Com a consolidação da função presidiária aplicada à edificação do Convento de São José durante o século XX, o foco das alterações na paisagem do entorno passa às intervenções populares, em sua maioria, com finalidade habitacional. As ações de ajardinamento providenciadas pelo intendente municipal para o Largo de São José, no início do século, renderam frutos; a partir delas, consolidaram-se os traçados das atuais praças Amazonas e Osvaldo Cruz, até então nomeadas como praça de São José, separadas pelos poucos metros que formam a entrada do largo a partir da Avenida 16 de Novembro, rota de saída dos bairros da campina e da cidade em direção ao centro.

O fim da estrada de ferro e, por consequência, do seu ramal que cortava a cidade, aliado ao declínio dos bondes sobre trilhos, substituídos pelos bondes sobre rodas importados pela Pará Electric nos anos 1930, tornaram a vizinhança do Largo de São José mais sossegada e atrativa para finalidades habitacionais, principalmente por ainda possuir fácil e rápido acesso ao centro e a região da doca do Ver-o-Peso. A partir de então, a construção de novas edificações passa a atualizar a paisagem no perímetro do largo, formando uma nova composição registrada em cartões postais do ano de 1950, que apresentam uma sequência de casas idênticas (Figura 5), construídas na esquina da Avenida Conselheiro Furtado com a atual Praça Osvaldo Cruz.

Figura 5: Praça Osvaldo Cruz e conjunto de casas ao fundo



PRAÇA S. JOSÉ

Fonte: Acervo, 2017a.

As modificações de nomenclatura avançaram durante o decorrer do século, além das vias do entorno que já haviam sido renomeadas no final do século XIX, agora, as praças também começaram a ser oficialmente indicadas com outros nomes, como exposto em outro cartão postal do ano de 1950 (Figura 6), que faz referência a “Praça Amazonas”, sugerindo que era o “antigo largo ‘São José’”.

Figura 6: Praça Amazonas no ano de 1950



Fonte: Acervo, 2017b.

Mesmo com a expansão da malha urbana, muitas quadras e regiões completas da cidade ainda não estavam plenamente habitadas até meados do século XX. Em uma imagem (Figura 7) extraída de uma sequência de trabalhos de aerofotogrametria realizados em Belém no ano de 1964, é possível visualizar o largo de São José à esquerda, facilmente identificável pelas suas duas praças e a edificação do presídio, e o terreno do antigo gasômetro, já em desuso e possivelmente em vias de ser anexado às propriedades da Importadora de Ferragens S/A, empresa que ocuparia o terreno alguns anos mais tarde.

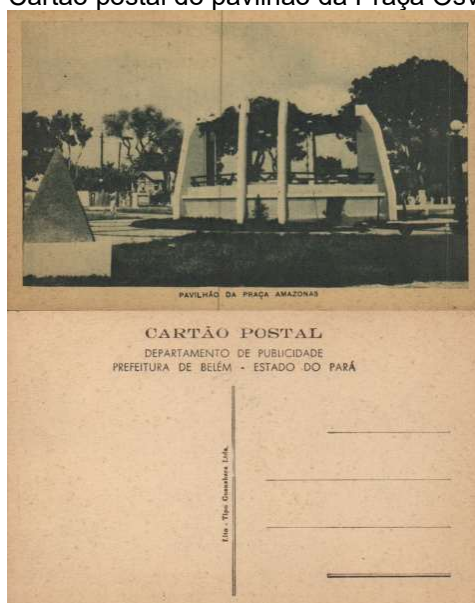
Figura 7: Aerofotograma do Largo de São José em 1964



Fonte: Aerofotogramas, 2023, editada pelo autor, 2025.

Ações de embelezamento e ornamentação de praças públicas continuaram sendo realizadas durante os anos 1900. Nesse contexto, destacam-se três elementos que fizeram parte da paisagem do largo durante meados do século passado, em ambas as praças. Na praça Amazonas, ao lado do presídio de São José, um grande pavilhão¹ (Figura 6) se destacava ao ocupar o centro da área da praça, atraindo os olhares e fluxos para o local, sendo também destaque nas fotografias utilizadas em cartões postais da época. Uma construção do mesmo modelo (Figura 8) também existia na praça Osvaldo Cruz, em frente ao presídio, sendo possível diferenciá-la da existente na outra praça por conta das casas que aparecem ao fundo e do traçado do passeio da praça, mantido até os dias de hoje. Percebe-se, no aerofotograma de 1964, que o pavilhão da praça Osvaldo Cruz não mais existia, enquanto o da praça Amazonas ainda podia ser notado. Hodiernamente, não resta nada dos dois pavilhões no local.

Figura 8: Cartão postal do pavilhão da Praça Osvaldo Cruz



Fonte: CP Belém, 2023.

Cabe destacar que a praça em frente ao presídio de São José leva o nome de Osvaldo Cruz em homenagem ao médico e pesquisador brasileiro Oswaldo Gonçalves Cruz, falecido em 1917, que atuou no combate contra a febre amarela no Pará durante o ano de 1910 (Oswaldo, 2002), tendo sido homenageado com um busto de bronze que fez parte do mobiliário da praça até ser furtado no ano de 2004 (Fraíha Neto, 2012). A partir dos anos 1950, Belém já possuía dinâmicas socioeconômicas bem diferentes do início dos anos 1900. Automóveis já circulavam em boa quantidade pela cidade, alterando a principal forma de locomoção vista nas vias do entorno do Largo de São José e as praças eram usadas pela população para sua finalidade original: reunião, diversão e descontração, além de usos diversos, como a comercialização de lanches.

3.3 A realidade contemporânea

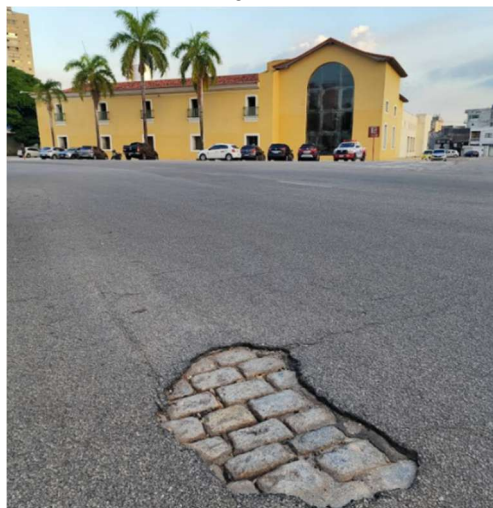
Nas décadas finais do século XX, foram reduzidas as ações de embelezamento e melhorias constantes na paisagem do Largo de São José, sendo delegadas pela Prefeitura Municipal de Belém apenas as atividades regulares de manutenção, levando em conta também as questões de segurança relativas ao Presídio que ainda funcionou

¹ Pavilhão: Estrutura em formato circular executada em concreto similar a um coreto

na edificação do Convento de São José até os últimos anos do século XX, quando teve suas atividades encerradas, em 1998. Tais ações de cuidado e zeladoria pela aparência da cidade, tão valorizadas anteriormente, não estão mais presentes na rotina do Largo desde o início dos anos 2000, sendo perceptíveis por meio de inúmeros problemas de conservação e ausência de manutenções periódicas, representados até mesmo por buracos (Figura 9) na pavimentação asfáltica do século XXI, que agora revela a pavimentação em paralelepípedos do século XX, e quedas de grandes vegetais como as mangueiras, árvores da espécie *mangifera indica*, vastamente plantada em Belém durante as ações de melhoramento da cidade no século passado.

As praças chegaram a passar por grandes ações de manutenção pouco tempo depois da reforma geral de adaptação ao uso museológico do edifício do Convento de São José, entre 1998 e 2002, as quais melhoraram a iluminação pública e ofertaram novos equipamentos e mobiliários à população, porém foram a última grande intervenção no local, que hoje padece sob pífias varrições e ações de capinagem, enquanto é pouco utilizada durante o dia por conta do calor e do alto ruído do tráfego de veículos que circulam pelas vias do entorno e menos utilizada ainda durante a noite por conta da iluminação pública pouco eficiente e da falta de policiamento.

Figura 9: Buraco no asfaltamento da Av. 16 de Novembro em frente ao São José Liberto



Fonte: Google Maps, 2023.

A ausência de características diferenciais ou atrativas, somada ao fato de que quase a totalidade de seus elementos históricos já foi demolido, removido ou extraviado comprovam a ausência de cuidados constantes por parte da administração municipal. Cabe destacar que, atualmente, os polos atrativos desta região são representados pelo próprio Espaço São José Liberto e, principalmente, pelas barracas e carrinhos de venda de lanches e refeições que funcionam durante a noite, de forma improvisada no local.

O modelo de utilização dos espaços públicos atualmente existentes na região do Largo é baseado na resiliência e subsistência dos próprios interessados, que proporcionam por conta própria toda a infraestrutura necessária para a realização de suas atividades comerciais nas vias e entorno das praças Amazonas e Osvaldo Cruz (Figura 10), desde estruturas de cobertura ao abastecimento de água e a coleta de resíduos sólidos. Pontua-se que não há qualquer tipo de apoio ou ordenamento dos órgãos municipais para o incentivo, padronização ou regulamentação das atividades de economia popular praticadas nesses espaços, o que – aliado aos diversos problemas de infraestrutura existentes, como a precariedade na iluminação pública, insegurança e ausência de distribuição legal de água e energia para os comerciantes – reduz ainda mais a atratividade da região para todos os públicos, contribuindo para a desvalorização local.

Figura 10: Tendas de uso comercial ao lado da Praça Amazonas e do Espaço São José Liberto



Fonte: Google Earth, 2025.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a vasta cadeia de eventos e ações que culminaram na composição contemporânea do então denominado Largo de São José é pouco conhecida e ainda menos valorizada pelos usuários, trabalhadores e visitantes da região, bem como pelos moradores do entorno e de toda a capital paraense, além das próprias gestões municipal e estadual. Com mais de 275 anos de história, a formação e a constante transformação do Largo não possuem o devido reconhecimento ou proteção dos próprios órgãos governamentais competentes, uma vez que as praças nem o atual conjunto arquitetônico que engloba as edificações do antigo convento e presídio de São José são protegidos por tombamento, decretos ou leis municipais enquanto patrimônio de Belém, do Pará ou do Brasil. Destaca-se que o único nível de proteção existente aos logradouros está relacionado à localização geográfica no interior da zona de entorno do centro histórico de Belém, que adiciona supérfluas condições de resguardo.

A resignificação dos espaços públicos, promovida pela sociedade civil aliada a iniciativas do setor privado, tem oferecido um ponto de resistência às más condições de manutenção e aproveitamento da região, onde as praças e o espaço museológico estão isolados em meio a um mar de asfalto que forma diversas ruas. Tais ações representam o potencial de melhoria que um projeto de requalificação paisagística tem a oferecer para o reconhecimento da história, da formação da paisagem do Largo e da otimização de ações de fomento à cultura, ao turismo e à economia local, que são os principais responsáveis pela utilização hodierna da região.

A ausência de um plano de gestão e de melhoria da paisagem, da utilização dos logradouros e de valorização da secular história dos elementos arquitetônicos envolvidos, incluindo os não mais existentes ou já modificados, indica um futuro não promissor para aqueles que tentam, de alguma forma, manter os espaços públicos vivos e como parte da rotina da população do entorno, que tem como costume apenas o trânsito rápido pela região do Largo, buscando chegar a outro ponto da cidade sem ter algum interesse em parar e observar a formação paisagística ali existente.

Faz-se necessário propor atualizações nas legislações locais, visando aumentar o grau de proteção legal para preservar de forma assertiva os elementos históricos restantes na região em questão, além de criar estratégias e diretrizes para o aproveitamento dos espaços públicos subutilizados, principalmente as vias com baixa circulação de veículos, destinando-os de forma padronizada e justa a permissionários ou demais

entes particulares interessados na utilização com viés financeiro compatível com a conservação e valorização da formação histórica do Largo de São José.

Além disso, o interior das praças Amazonas e Osvaldo Cruz tem capacidade de receber novos elementos de mobiliário público capazes de dar suporte a diversas atividades em seus canteiros internos atualmente sem utilização, tais como áreas para exposição de informações históricas da região, para diversão e entretenimento infantil, para prática de atividades físicas e espaços para recreação de animais domésticos, criando assim novos atrativos com potencial de aumentar o número de visitantes que podem então conhecer e valorizar a história da formação e do desenvolvimento urbano e da paisagem do Largo de São José e do seu entorno imediato.

REFERÊNCIAS

ACERVO dos municípios brasileiros. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=443406>. Acesso em: 05 mar. 2025

ACERVO dos municípios brasileiros. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017b. Disponível em: <https://goo.gl/F6YYba>. Acesso em: 05 mar. 2025

AEROFOTOGRAMAS de 1964 – datação confirmada. In: Projeto Laboratório Virtual – FAU ITEC UFPA. Belém-PA, 09 mar. 2023. Disponível em: <https://fauufpa.org/2023/03/09/aerofotogramas-de-1964-datacao-confirmada/>. Acesso em: 05 mar. 2025

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **Belém Do Pará, Uma Cidade Entre As Águas: História, Natureza E Definição Territorial Em Princípios Do Século XIX**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

ANDRADE, Fabiano Homobono Paes de. **De São Braz ao Jardim Público - 1887-1931: um ramal da estrada de ferro de Bragança em Belém do Pará**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. Ver-Belém: Avenida Almirante Tamandaré. 2020. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?p=38&i=1>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CP Belém, PA - Pavilhão da Praça Amazonas, Editora Lito Tipo Guanabara, sem uso. In: SC Colecionismo, 2023. Disponível em: <https://www.sccolecionismo.com.br/peca.asp?ID=16506427>. Acesso em: 27 mar. 2025

CRUZ, Ernesto Horácio da. **História de Belém**. v. 1. Coleção Amazônica. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

FRAIHA NETO, Habib. **Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará**. Ananindeua: Editora do Instituto Evandro Chagas, 2012.

KETTLE, Wesley Oliveira. **Espaço São José Liberto como “patrimônio difícil”: desafio para o ensino de História**. Revista História Hoje, v. 10, nº 19, p. 77-101. 2021

LEMONS, Antônio José de. **O Município de Belém – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1906.

OSWALDO Cruz na Amazônia. In: Biblioteca virtual Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2002. Disponível em: <https://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/videos/oswaldo-cruz-na-amazonia>. Acesso em: 06 mar. 2025

PARÁ. Governo do Estado do Pará. **Album do Pará em 1899**, na administração do governo de Sua Excia o Senr. Dr. José Paes de Carvalho : parte descriptiva do Dr. Henrique Santa Rosa; Photographia e composição de F. A. Fidanza. [S. l.: s. n.] 1899.

SANTOS, Jorge Sales dos; TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Pela estrada de são José, produção do espaço e patrimônio: o exemplo da avenida 16 de novembro, belém-pa**. Geosul, Florianópolis, v. 37, n. 81, p. 298-310, jan./abr. 2022.

SILVA, M. V. S. Da.; LIMA, A. M. M. De. **Reconstituição Espaço-Temporal Do Alagado Do Piry De Jussara, Belém-Pa: Evolução E Impacto Na Urbanização**. Revista Cerrados, [S. l.], V. 19, N. 01, P. 113–139, 2021.

SOARES, Elizabeth Nelo (org.). **Largos, coretos e praças de Belém– PA**. organizadora, Elizabeth Nelo Soares. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

SYDRIM, José. **Planta da Cidade de Belém** – Com a primeira légua patrimonial demarcada. Belém, 1905. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168803/cart168803.html. Acesso em: 04 mar. 2025.